



Resenha de “La reforma universitaria de Córdoba”, de Roberto Diaz Castillo (1971)

Ézio Sauco Socca¹

Resumo

Resenha do livro “La reforma universitaria de Córdoba”, de Roberto Diaz Castillo.

Palavras-Chave: História da Educação, Argentina, América Latina.

Reseña de “La reforma universitaria de Córdoba”, de Roberto Diaz Castillo (1971)

Resumen

Reseña del libro “La reforma universitaria de Córdoba”, de Roberto Diaz Castillo

Palabras-clave: Historia de la educación, Argentina, Latinoamérica.

Review of “La reforma universitaria de Córdoba”, by Roberto Diaz Castillo (1971)

Summary

Review of the book “La reforma universitaria de Córdoba”, by Roberto Diaz Castillo.

Keywords: History of education; Argentina; Latin America.

Um dos livros perdidos na bibliografia a respeito das revoltas de Córdoba é o opúsculo introdutório do intelectual guatemalteco Roberto Diaz Castillo (1931-2014), publicado em 1971, com objetivo de realizar um breve apanhado dos acontecimentos em torno da contestação estudantil na Argentina em 1918, que colocou em debate temas como extensão universitária, representação em conselhos, direito de livre circulação de ideias, discussão sobre os conhecimentos ensinados etc. Intelectual preocupado com a transmissão da memória da cultura e das ideias da América Latina - constatação observável através de sua trajetória como editor da Editorial Nueva Nicaragua e primeiro diretor do Centro de Estudios Folklóricos de la Universidad de San Carlos de Guatemala -, Castillo organizou o livro destinando um capítulo para a influência dos acontecimentos provocados pelos estudantes

¹ Estudante do Mestrado em Estudos Literários no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

argentinos, além de capítulos sobre as causas, os ideólogos e o conteúdo da reforma administrativa especificamente. Em sua introdução, o autor ressalta a conjuntura internacional que criou um contexto de radicalização para uma “corriente pequeñoburguesa que superó los envejecidos esquemas políticos planteados por liberales y conservadores” (1971, p.09), conjuntura envolta no pós-primeira grande guerra e na revolução russa no ano anterior, contrastando, assim, com posturas pedagógicas enrijecidas em um modelo de ensino alheio à realidade em seu entorno e aos próprios privilégios sistematicamente perpetuados desde a fundação de Córdoba em 1604.

No primeiro capítulo, intitulado “El marco histórico”, Castillo recupera os antecedentes da reforma de Córdoba iniciando com a frase dos revoltosos “Sobran ídolos y faltan pedestales”, proferida como crítica cômica à instituição que ainda vinculava seu ensino a deus e ao direito canônico, trazendo, em um dos artigos da sua lei orgânica, a Virgem Maria como sua patrona: “[...] a cuya festividad de vísperar y misa concurrirán todos los Estudiantes y graduados, por el orden de antigüedad en Claustro” (1971, p.12). À ligação confessional estreita responderam os jovens estudantes, impulsionados pelo contexto mundial de transformação, com uma palestra, em 1916, do jovem dissidente Arturo Capdevila. E em 1917, os estudantes de medicina e engenharia iniciaram uma movimentação ao entregar ao ministro da instrução pública da Argentina um documento solicitando mudanças no sistema de cátedras e na vinculação dos alunos ao hospital de clínicas da universidade. Ainda que o conselho superior tenha reconhecido a necessidade dessas mudanças, os jovens, reforçados pelo centro de estudantes de direito, formaram uma comissão pró-reforma e decretaram greve geral em 14 de março de 1918, lançando um manifesto destinado a todos jovens da Argentina. Nesse manifesto, realizam um diagnóstico da situação da instituição e afirmam que ela: “há llegado al borde del precipicio impulsada por la fuerza de su próprio desprestigio, por labor anticientífica de sus Academias, por la ineptitud de sus dirigentes, por su horror al progreso y a la cultura [...]” (1971, p.13). E acrescentam a consciência social como motivadora de sua postura contestatória: “[...] esta explosion de entusiasmo que há llenado nuestra clásica ciudad de un profund sabor de Renovacion y de Progreso, no es más que el fruto de un exceso de voluntad puesto al servicio de un exceso de pensamiento” (1971, p.14). No entanto, se o ato formal anterior de reclamação protocolar junto ao ministério obteve uma resposta amistosa da administração universitária, dessa vez, diante de uma ação contestatória organizada, uma resposta menos favorável acabou oferecida aos estudantes, condicionando à apreciação das reivindicações ao retorno imediato da ordem, ainda que os efeitos da greve tenham efetivamente postergado a abertura das aulas e de cerimônias de formatura. O ato da reitoria

recrudesciu a postura dos estudantes, que, em reunião, resolveram não retornar às aulas, e saíram em marcha pelas ruas de Córdoba cantando *La marselesa*.

Forçadas a cancelar as aulas indefinidamente, as autoridades universitárias e o grupo pró-reforma são recebidos pelo presidente Hipólito Yrigoyen, que aceita a solicitação de intervenção na universidade realizada pelos manifestantes, e sanciona o decreto de uma intervenção para estudar a situação da universidade e buscar a sua normalização. Nesse momento a atitude propositiva dos estudantes de Córdoba ganhara o país e motivara a fundação da Federação Universitária Argentina. Um novo paralelo entre a contestação e a revolução francesa foi evocado durante essa reunião: “[...] nos hemos ido a la tribuna de la bocacalle a predicar lo que pasa en La Bastilla, a contagiar el pueblo de nuestro entusiasmo, porque queremos entrar de nuevo en ella triunfantes con el pueblo, porque a el le pertenece esa casa” (1971, p.16). Com a intervenção legalizada, tal como exigiram os estudantes, novas e rápidas medidas acabam concretizadas pelo interventor, como a modificação dos estatutos para ampliar o direito de voto aos professores titulares e suplentes, o estabelecimento de uma data fixa para realização das votações e eleição imediata para cargos como o de reitor. Nesse cenário, o grupo pró-reforma organizou-se na federação universitária de Córdoba para apoiar Enrique Martínez Paz como seu candidato. O pleito, contudo, favoreceu os setores tradicionais da universidade, elegendo o professor Antonio Nores. Ao resultado da eleição atribuiu-se a manipulação do grupo católico *Corda Frates* e, assim, a federação universitária não reconheceu a legitimidade da vitória, lançando, em meio a dias de agressões e incidentes pela cidade e pela universidade, um manifesto reforçando a posição de manter a greve até todas as reivindicações serem contempladas, apresentar um projeto de reforma universitária ao congresso e estabelecer uma comissão para divulgá-lo em Buenos Aires. A partir desse momento há uma radicalização dos discursos, segundo Castillo, sustentados em posições que almejavam um impacto geral na sociedade, condensadas em expressões “estamos pisando sobre una revolución”, “estamos viviendo una hora americana” e “[...] Federacion saluda a los compañeros de la América y les incita a colaborar en la obra de libertad que iniciamos” (1971, p.20). A situação de confronto, inclusive nas ruas, gera uma nova intervenção do executivo na universidade, desagradando conservadores e católicos, porém, antes do interventor sair de Buenos Aires, o mesmo é afastado por suas posições anticlericais, inconformados, novas manifestações dos estudantes acontecem, os principais alvos de críticas e ataque eram os jesuítas, que possuíam forte influência na sociedade e nos conselhos da universidade. Sem sucesso, a polícia proíbe manifestações e procura os responsáveis por destruir uma estátua da Companhia de Jesus. As posições políticas radicalizadas e uma rede de apoio levaram os

alunos a tomar a universidade, assumir sua direção, nomear professores e autorizar a reabertura da universidade e a continuação das aulas. A experiência de autogestão, principiada com a ocupação de surpresa durante a madrugada e o hastear da bandeira da Federação Argentina de Estudantes, teve pouca duração, a polícia logo invadiu a universidade e prendeu os estudantes. Apesar das investidas sistematicamente derrotadas até aquele momento, o governo assumiu a responsabilidade pelas reformas e enviou como interventor o ministro da justiça e instrução pública, um apoiador das reformas, que, com apoio dos estudantes, reorganizou estatutos, planos de estudos e a eleição para reitor.

No segundo capítulo, "Los Ideólogos", o autor apresenta brevemente alguns dos principais envolvidos na série de atividades que culminou na reforma universitária de Córdoba, atividades, como anteriormente relatado, que mobilizaram não só a comunidade acadêmica, mas setores intelectuais e políticos, além de questionar paradigmas de ensino estruturados em princípios cristãos e conservadores. Para essa apresentação, o autor reproduz fragmentos de textos de intervenção e documentos de congressos de Guillermo Watson, Saúl Tabora, Héctor Alberdi, Alberto Palcos, Deodoro Roca, Pedro Tello, Carlos Cossio, Julio Gonzáles, Mariano Mendoza.

Já no terceiro capítulo, "Contenido de la reforma", as transformações materializadas pela reforma universitária são condensadas em quatro eixos estruturantes: formação do corpo dirigente, docência, extensão universitária e assistência social. No primeiro, que trata sobre o corpo dirigente, uma concepção dos membros da instituição era reconfigurada para integrar também ex-alunos diplomados, a eles foi concedido o direito de representação em conselhos deliberativos e a possibilidade de ministrar cursos e seminários nas faculdades em que se vinculassem. Para isso, um registro devia ser realizado pelos interessados e o pagamento de uma taxa anual. O objetivo da proposta era preservar na instituição pesquisadores que continuassem mantendo interesses científicos e pudessem contribuir com o intercâmbio de conhecimentos e indagações externas ao âmbito, estritamente, institucional. Outras mudanças a respeito da eleição e ampliação de representação nos conselhos deliberativos também aconteceram, como validade de todos os cargos e número de conselheiros. Já o corpo docente acabou classificado em professores titulares, livres e suplentes. Diretrizes para a posse dos cargos foram especificadas também, como o limite de uma cátedra por professor, exigência da aprovação do nomeado pelo conselho superior, no caso dos professores livres, houve a exigência de títulos ou reconhecimento em sua área de pesquisa para admissão, e a possibilidade de exigir a realização de conferências públicas e privadas. Também revogou-se a obrigatoriedade de cursar aulas dos professores titulares. A extensão universitária instituída

como canal de intervenção direta na sociedade, com os estudantes alfabetizando operários e cooperando na educação à higiene pública, e a assistência social aos alunos - com o estabelecimento do ensino esportivo e artístico, construção de casa para os estudantes, auxílio médico etc - compunham as preocupações extra-acadêmicas do movimento de Córdoba.

Em “Proyecciones de la reforma” (capítulo IV), as influências dos atos dos estudantes argentinos são apresentadas em suas primeiras manifestações nos demais países, a começar por seu caráter internacionalista ao convocar os “hombres libres de Sud América”, e evidenciadas na disposição de alguns de seus expoentes em dialogar com organizações estudantis de países como o Peru, onde o argentino Gabriel del Mazo encontrou Victor Raúl Haya, presidente da federação dos estudantes do Peru, para “un convenio tendiente a formentar el intercambio intelectual por médio de libros y estúdios monográficos, así como a impulsar la reforma de la enseñanza y propagar el ideal americanista” (1971, p.62). Da mesma forma, ainda que com uma tradição de movimentos estudantis fortes, os estudantes peruanos passaram por influência do movimento reformista argentino, lançando-se, em 1919, em lutas pelo direito ao voto para eleição de reitor, construção de universidades populares, apoio às lutas indígenas e operárias, renovação dos métodos pedagógicos empregados pelos professores e a busca pela internacionalização do movimento estudantil através do diálogo com os seus pares da América Latina. Salienta Castillo que três tendências políticas resultaram dessas lutas no Peru: “la liberal-demócrata, que adversaba la idea de una transformación social definitiva del país; la conservadora, refugio de la oligarquía aristocratizante; y la llamada Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), creada por Haya de la Torre, cuyo programa condesaba entonces el pensamiento izquierdista” (1971, p.65). No Chile, a partir de 1920, a busca pela autonomia financeira e a laicidade das universidades centralizou os esforços dos estudantes, duramente enfrentados por setores conservadores, o confronto resultou na invasão da universidade pelos militares. Pautas semelhantes figuraram nos movimentos estudantis no Uruguai, com enfoque na luta contra o ensino utilitarista e administrativo, Cuba (1923), Colômbia (1922), México (1921). Uma das consequências evidentes dos acontecimentos foi a organização crescente de entidades estudantis, o que culminou na realização no México do primeiro congresso internacional de estudantes em 1921. Desse congresso saíram diretrizes para atuação dos estudantes, entre elas: a luta pela abolição do conceito de poder público, mecanismo que legitima a opressão sob os mais fracos; o fim da exploração do homem, evitando a transformação do trabalho em mercadoria; consolidação da extensão universitária; construção de universidades populares; luta contra o imperialismo e defesa de uma comunidade universal; defesa permanente da

autonomia universitária.

No capítulo V, Castillo apresenta suas considerações finais a respeito dos acontecimentos históricos relatados, reforçando a complexidade do processo culminante nas revoltas de 1918. Para o autor, é preciso compreender como desencadeadores o próprio contexto internacional da revolução russa, que resultou em uma consciência de classe emergente, e ao romantismo pequeno-burguês oriundo do século XIX, somado a uma adesão desses grupos ao pensamento operário tal como representado pelo marxismo. É essa complexidade de ideais circulantes em torno das ações dos estudantes de Córdoba que explicam um radicalismo, em luta pela autonomia, solicitando, ao mesmo tempo, auxílio do governo para intervir na universidade. Mas esclarece Castillo que “[...] los estudiantes buscaron el apoyo del grupo gobernante en su país para realizar la reforma, porque éste encarnaba el radicalismo en ascenso”, e acrescenta “Así se explica la intervención estatal de la universidad, exigida por los propios alumnos y las vacilaciones de aquel radicalismo pequeñoburgués por el conflicto temporal que crearon las clases que le disputaban el gobierno” (1971, p.78).

O livro de Castillo finda com um elogio às ressonâncias dos atos de Córdoba até sua contemporaneidade, a saber, década de setenta, e com uma explicitação do próprio projeto em que a narrativa está sustentada, pois mais do que investigar o funcionamento prático das instituições de ensino após a contestação, ela se justifica na reconstituição da memória da ação em si, dos principais personagens e do ideário dos estudantes argentinos em 1918. Da busca pela autonomia universitária, autogestão, constituição de uma extensão universitária até ao debate sobre o currículo, caberia perguntar, passados cem anos de Córdoba, se essas ressonâncias chegaram aos estudantes latino-americanos de 2018 e se esses ainda teriam algo para dizer à sociedade. Em seu centenário, as revoltas de Córdoba ainda parecem ter muito a dizer, apesar de seus herdeiros.

Referências

CASTILLO, R. D. **La reforma universitaria de Córdoba**. Ciudad de Guatemala: Editorial Universitaria Guatemala, 1971. 79p.